CAPELA DA JAQUEIRA: HISTÓRIA E MEMÓRIA

Ivonete Barreto da Silva[1]

RESUMO: A Capela de Nossa Senhora da Conceição das Barreiras, popularmente conhecida como Capela da Jaqueira, é uma construção do período colonial, erguida na segunda metade do século XVIII, em um sítio situado às margens do rio Capibaribe, em Recife - PE. O presente artigo se propõe em apresentar a história da capela, visando compreender a importância da memória para a preservação do patrimônio histórico. O trabalho se baseia em pesquisas bibliográficas, e consiste, inicialmente, na descrição dos fatos históricos relacionados à capela, destacando sua arquitetura barroca, suas obras de arte e as personalidades a ela relacionadas, que foram proeminentes na política local. Estes elementos formadores da sua memória motivaram o seu reconhecimento como patrimônio cultural, e foram fundamentais para a sua preservação.

PALAVRAS-CHAVE: Capela da Jaqueira; História; Memória.

INTRODUÇÃO

A expansão da cidade do Recife foi fortemente influenciada pelos cursos dos rios que a cortam, o Capibaribe e o Beberibe; pois, às suas margens se estabeleceram vários engenhos de açúcar, a partir de meados do século XVI, nos quais formaram-se pequenos núcleos de povoamento; conforme cita o geógrafo Jan Bitoun, que exemplifica a paisagem rural do Recife, no período colonial, com a seguinte composição de quatro elementos:

> O engenho constituído pelo conjunto formado pela fábrica de açúcar, a casa grande, a capela, a senzala, os canaviais, outros cultivos e matas; os sítios, pequenas unidades familiares produtoras de cultura de subsistência e de fruteiras; os passos, na confluência dos rios, principais vias de escoamento do açúcar até a segunda metade do século XIX, eram pequenos aglomerados de armazéns; o quarto elemento presente na paisagem rural era o povoado, onde moravam os

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP - Mestrado Profissional em História.

> homens livres que trabalhavam nos engenhos da vizinhança. (BITOUN, 2000, p.44, apud HALLEY, 2013, p.60).[2]

No final do século XVIII e na primeira metade do século XIX, "o Recife incorpora a chamada 'várzea do Capibaribe', isto é, toda a extensão que vai da Boa Vista e da Madalena até Caxangá e a Várzea propriamente dita, subindo o rio e retalhando os antigos engenhos de uma e outra margem em sítios e chácaras, que, por sua vez, sobretudo a partir da década de 1840, serão objeto de loteamento", dando origem a vários arrabaldes. (SOUTO MAIOR e SILVA, 1992, p. 195-196).

Segundo Luiz Mott (2018, p. 132), nas propriedades rurais mais abastadas do período colonial, era comum a construção de uma capela ou ermida próximo às casas grandes dos engenhos, como uma questão de status e cumprimento das funções religiosas, tais como casamentos, batizados e primeiras comunhões; e também servia de cemitério para os membros da família.

HISTÓRIA E MEMÓRIA DA CAPELA

A Capela de Nossa Senhora da Conceição das Barreiras, foi construída na segunda metade do século XVIII, em um sítio localizado na estrada da Ponte do Uchôa, às margens esquerda do rio Capibaribe, que era o caminho que dava acesso aos Engenhos da Casa Forte, Monteiro, Apipucos e Dois Irmãos, em Recife. (COSTA, 1981, p.117).

Esta localidade era conhecida como Ponte do Uchôa, em referência ao senhor do Engenho da Torre, o capitão Antônio Borges Uchôa. Logo após o ano de 1654, Antônio tomou posse do Engenho, e para facilitar o acesso à margem oposta do rio Capibaribe, resolveu construir uma ponte sobre o mesmo, próximo à foz do riacho Parnamirim, que deságua nesse rio. (COSTA, 1981, p.119).

[2] Ggeógrafo Jan Bitoun. Graduado em geografia pela Universidade de Paris X, Nanterre (Licence 1970, Maitrise 1971) e pós-graduado em Geografia Humana e Organização do Espaço na Universidade de Paris I Panthéon-Sorbonne (Doutorado, 1981). Professor do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco, de 1979 até a aposentadoria em agosto de 2018, com atuação na Graduação e na Pós-Graduação que coordenou (1984-1992; 2004-2008).

Em 1766, o proprietário destas terras era o capitão Henrique Martins; um português, natural da vila de Oeiras, nas cercanias de Lisboa, onde foi batizado em 10 de agosto de 1704. Em uma das muitas viagens que realizou a Recife, a mando do negociante do ramo de tecidos, Jacques Koster, para quem seu pai trabalhou como caseiro, casou-se com uma jovem de Recife, filha do capitão João Machado Gaio, e chegou a ser um comerciante abastado, acionista da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, com posto nas milícias e nas ordens portuguesas, onde era familiar do Santo Ofício e Oficial da Ordem de Cristo.[3]

Henrique Martins e sua esposa eram muito devotos à Virgem da Conceição e através de uma escritura lavrada no dia 8 de janeiro de 1766, o capitão mandou construir a Capela da Conceição da Ponte do Uchôa. Para isto, "instituiu o seu competente patrimônio canônico, constante de uma data de terra encravada no mesmo sítio, no valor de 120$000", lavrada na cúria de Olinda, em 5 de fevereiro do mesmo ano. (COSTA, 1981, p. 117).

Apesar de ter sido construída no sítio da Ponte do Uchôa, a capela ficou popularmente conhecida como Capela da Jaqueira, em virtude das grandes jaqueiras que havia ao seu redor e nos terrenos vizinhos. Essa denominação é mantida até os dias atuais. (GUERRA, 1970, p.56).

Da construção da capela, não foi conservado nenhum documento, porém, pela comparação de detalhes do seu frontispício com de outras igrejas contemporâneas, o professor da Escola de Belas Artes da Universidade do Recife, Ayrton Carvalho, supõe que tanto o projeto quanto a execução sejam de autoria do Mestre Pedreiro Francisco Nunes Soares[4], que construiu a fachada da Igreja do Mosteiro de São Bento de Olinda, em 1761-63.[5]

[3] IPHAN - Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados (INBMI). Recife. Módulo II – PERNAMBUCO. MONUMENTO Nº 0016. CAPELA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO (CAPELA DA JAQUEIRA). 2005.

[4] Francisco Nunes Soares subscreveu, em 28 de outubro de 1770, o "Compromisso e Regimento da Irmandade e Bandeira do Patriarca o Sr. São José", ereta na Igreja de São José de Ribamar (do Recife), dos quatro ofícios de pedreiro, marceneiro, carpinteiro e tanoeiro. Em 1774 e 75 foi escrivão do ofício de pedreiro; em 1778 e 79 foi Juiz do mesmo ofício e avaliador dos prédios urbanos do Recife. De 1785 a 86

O capitão Henrique Martins faleceu em 1782, no mesmo ano em que perdeu todos os seus bens, em virtude do seu envolvimento em um processo de desfalque, na tesouraria do bispado de Pernambuco. Suas terras, inclusive a capela, foram leiloadas e arrematadas pelo comerciante português Domingos Affonso Ferreira.[6]

Fotografia 1: Capela da Jaqueira



Fonte: Própria – 2020

No início do século XIX, o Sítio das Jaqueiras já pertencia ao genro de Domingos Affonso, o coronel Bento José da Costa, um rico comerciante português, que se casou, em 1796, com Ana Maria Teodora Affonso Ferreira, filha de Domingos. (PIRES, 2011).

O coronel Bento mandou construir uma casa de dois andares para sua residência, um pavilhão de jogos e ornamentou a capela. Consoante Vainsencher (2003), hoje não

trabalhou na obra da fachada da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, dos Montes Guararapes. (IPHAN, INBMI, 2005).
[5] Ibidem - IPHAN - Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados –2005.
[6] Op. Cit - IPHAN - Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados –2005.

há nenhum vestígio desta casa, e a última informação oficial é que a mesma foi demolida, no ano de 1858, a mando do Sr. Manoel José da Costa, tutor dos órfãos do comendador José Ramos de Oliveira, o último proprietário daquelas terras.

Bento José da Costa nasceu em outubro de 1759, na comarca de Vila Real em Braga, Norte de Portugal. Em 1799, aos quarenta anos de idade, já era considerado um bem-sucedido comerciante pela Junta Governativa da Capitania. Foi agraciado com o posto de tenente-coronel da vila do Recife em 1800, após ter requisitado esta mercê em 1794. Além de mercador e contratador de dízimos, ele também possuía embarcações que faziam comunicação entre Recife e Lisboa e, após a abertura dos portos, em 1808, possuía uma sumaca, que tinha ligação direta entre Recife e Londres, e em 1814, era proprietário de outra que fez viagem para os Estados Unidos. Além de despachar mercadorias, Bento emprestava dinheiro, como uma forma de empréstimo, e também vendia fazendas no território colonial. Entre seus clientes figuravam muitos comerciantes da colônia, alguns poucos com patentes militares. (MELO, 2018).

Segundo CABRAL (2013, p.62- 63), os grandes comerciantes tiveram participação na política local, desde a fundação da câmara de Recife, em 1710, até o ano de 1822, da Independência do Brasil. Em 1821, três dos sete membros da primeira junta provisória de governo eram do ramo mercantil, além do coronel Bento, participavam Gervásio Pires Ferreira, primo de Domingos Affonso Ferreira, e Joaquim José de Miranda. Os negócios dos grandes empresários da época eram bastante diversificados, inclusive, atuavam também no tráfico de escravos.

Conforme FREYRE (1979, P.22), "(...) das faturas de escravos destaque-se este caso típico: de 40 negros mandados buscar em 1812 por Bento José da Costa, o mais poderoso escravocrata pernambucano do seu tempo, e que constam de um livro, ms., outrora do Engenho Salgado e que esteve algum tempo em meu poder – até que o entreguei ao Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, (...)".

O coronel Bento José da Costa faleceu em 10 de fevereiro de 1834, com 75 anos de idade; seus restos mortais foram enterrados na Capela, por baixo do seu altar-mor, e lá se encontram até os dias de hoje, sob uma lápide com os seguintes dizeres: "AQUI

JAZ O CORONEL BENTO JOZE DA COSTA FALLECIDO EM 10 DE FEVEREIRO DE 1834 NA IDADE DE 75 ANNOS A CUJA MEMÓRIA DEDICÃO ESTE MONUMENTO SUA SAUDOZA ESPOZA E SEUS ONZE FILHOS".

A Capela da Jaqueira é uma construção de estética barroca. Esta arquitetura colonial religiosa é de tradição luso-brasileira, com padrões do rococó internacional que foi introduzida na antiga região de Pernambuco, que incluía, na época, os atuais estados da Paraíba e de Alagoas. A decoração do ambiente das igrejas, de estilo rococó, em Pernambuco, reproduz o estilo português, uma composição de talha, azulejos e pintura. A Capela possui no seu interior um conjunto de azulejos raros, mais bem conservados, de padrão policromado, com cabeceiras onduladas e decoradas com vasos em forma de rocalhas chamejantes, que representa a fase madura do rococó (1765-1775), em Portugal como no Brasil. (CUNHA).

Conforme NOBREGA (2015, p.52-53), em um conjunto azulejar há uma representação da "saga de José do Egito", cena na qual se observa a influência do gravador e editor francês Michel Demarne (1728-1730). Azulejos com imagem semelhante (José fugindo da mulher de Putifar), de autoria de Teotônio dos Santos (1730-1740), encontra-se no Convento de Santo Antônio, em João Pessoa-PB.

Fotografia 2: azulejos portugueses do séc. XVIII - (José fugindo da mulher de Putifar)



Fonte: Própria – 2020

Segundo (BURY, 2006, pg.195-196), o objetivo das decorações de talha é de provocar um deslumbramento visual, ofuscando e hipnotizando quem a contempla, e o impacto desses efeitos cromáticos e escultóricos podem ser vistos, de forma espetacular, em Recife, na Capela de Nossa Senhora da Conceição das Jaqueiras e na Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares, e na Capela de Nossa Senhora do Ó, em Sabará, Minas Gerais.

VAINSENCHER (2003) cita que a Capela contém alguns notáveis painéis sacros, de traçados e cores fortes, significativos do final do século XVIII; e deste mesmo período, encontra-se também, na sacristia, um lavatório de pedra, com uma torneira longa, feita em bronze.

Fotografia 3: Painel no teto do altar-mor



Fonte: Própria – 2020

Em 14 de março de 1817, foi realizado na Capela da Jaqueira, o casamento de Domingos José Martins com Maria Teodora, filha de Bento da Costa. Segundo GUERRA (1970, p.58), este casamento afrontou alguns costumes da época, como o

pedido de casamento ter sido feito por Domingos, quando nesse tempo, a escolha do noivo dependia exclusivamente da vontade do pai.

Domingos nasceu em 1781, no Espírito Santo, e chegou a Pernambuco em 1813, após ter morado em Portugal, onde terminou seus estudos, e em Londres, onde foi sócio de uma firma comercial portuguesa. Martins era maçom e chegou da Europa bastante influenciado pelas ideias liberais. Foi um dos principais líderes da Revolução Pernambucana de 1817, e, assim como outros revolucionários, foi condenado à morte pelo crime de lesa-majestade, sendo fuzilado em Salvador, no dia 12 de junho de 1817, no Campo da Pólvora, hoje conhecido como Campo dos Mártires[7].

Segundo GUERRA (1970, p.59), os herdeiros de Bento José da Costa não tiveram zelo pela propriedade, várias jaqueiras centenárias foram derrubadas e o Sítio das Jaqueiras chegou a possuir um campo de futebol com arquibancadas. Era conhecido como América Parque, construído em 1918 e desativado na década de 1940. Após o fechamento do campo, a capela ficou mais abandonada, cercada por um matagal, e servindo como um local para encontros amorosos e outros tipos de degradações.

Em 1938, a Capela da Jaqueira, incluindo todo o seu acervo, foi tombada pelo SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no Governo de Getúlio Vargas, registrado no Livro de Tombo de Belas Artes, sob o número 133-T-1938, conforme estabelece o Artigo 1º do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937:

> Art. 1º. Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. [8]

O tombamento é um instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural, instituído pelo Decreto-Lei nº 25/1937, que atribui ao Estado o poder de intervir legalmente na propriedade, a fim de conservar e proteger um bem cultural.

[7] A Mística do Parentesco**.** Árvore genealógica de Domingos José Martins https://www.parentesco.com.br/index.php?apg=arvore&idp=17966. Acesso em 23/11/2020
[8] (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm). Acesso em 25/10/2020

A palavra tombo, significando registro, se originou no Arquivo Nacional Português, em 1375, que com o passar do tempo, passou a ser chamado de Torre do Tombo. No Brasil, o Decreto-Lei determinou que todo bem material tombado, fosse inscrito no Livro do Tombo correspondente, que são: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes ou no Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

Segundo CHOAY (2006, p.11), patrimônio histórico compreende um bem destinado ao usufruto de uma sociedade, que é composto por vários objetos que se agregam por seu passado comum, como as belas-artes, obras de arte, trabalhos e produtos resultantes de todos os saberes e habilidades humana.

Conforme DINIZ (2019), quando foi dado início ao processo de tombamento da Capela da Jaqueira, em 1938, foi feito um pedido de impugnação do tombamento pela senhora Ana Izabel da Costa Brito, inventariante e uma das herdeiras da Capela. No documento, a autora alega que a Capela não se enquadra como patrimônio artístico, como estabelece o artigo 1º do Decreto-Lei nº 25 de 1937, e que as memórias referentes à Capela não são de utilidade pública, mas privada, da família.

Segundo Le Goff (1990, p.368), a memória individual, quer seja pela recordação ou pelo esquecimento, é manipulada por elementos conscientes, ou inconscientes, como o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição e a censura; da mesma maneira, a memória coletiva foi posta, significativamente, na luta das forças sociais pelo poder.

"Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva". (LE GOFF, 1990).

Conforme Halbwachs (2013, p. 30, apud SILVA, 2016, p.248), a memória individual é resultado da conciliação das memórias dos diversos grupos dos quais está inserido e que exercem influência, como a família, a escola, a igreja, entre outros. As lembranças permanecem coletivas porque vivemos em sociedade, mesmo que se refira a eventos que somente nós tenhamos presenciado.

Em defesa do tombamento da Capela da Jaqueira participaram Aníbal Fernandes e Gilberto Freyre, que faziam parte do Conselho Consultivo do SPHAN. Além destes dois intelectuais, outros integravam o SPHAN, na década de 1930, atuando ativamente na defesa da preservação do patrimônio histórico do Nordeste, e em especial do Estado de Pernambuco. No parecer pela manutenção do tombamento foram elencadas as seguintes razões:

> Pela sua architectura pelos seus azulejos que decoram suas paredes internas, azulejos dos mais raros e mais belos que se encontram nas igrejas de Pernambuco, destacando-se pelo seu colorido bem diferente dos conventos franciscanos e carmelitas. E também pelas suas reminiscências históricas. A capelinha da Jaqueira era o oratório privado do rico comerciante Bento José da Costa, sogro de Domingos José Martins, um dos heroes e mártires da Revolução de 1817, e ali se acha sepultado (SPHAN, 1938, p. 05).

Segundo DINIZ (2019), os pareceres dos relatores do SPHAN foram muito importantes para a manutenção do tombamento da capela, garantindo assim a sua preservação. No entanto, após o tombamento, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários – IAPC comprou o terreno onde se localiza a capela. Em 1985 foi criado o Parque da Jaqueira, após a Prefeitura ter firmado um contrato de comodato com o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, por um período de 16 anos. Lei Federal 10.175, de 10 de janeiro de 2001, estabeleceu a doação do terreno, onde está localizada a Capela, à Prefeitura do Recife.

A capela foi restaurada e, os trabalhos de ajardinamento do Parque ocorreram na gestão do prefeito José do Rêgo Maciel (1952-1955), conforme o projeto elaborado pelo paisagista e arquiteto Roberto Burle Marx. (GUERRA, 1970).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do estudo realizado, percebe-se que foi de suma importância a participação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN na preservação da Capela da Jaqueira e, consequentemente, a preservação da memória;

pois sem a interveniência deste órgão responsável, provavelmente a capela não mais existisse, tendo em vista o abandono dos herdeiros e, com a expansão da cidade, o crescimento da especulação imobiliária da área, considerada hoje uma das mais caras de Recife.

A construção do Parque e a participação da população em suas rotinas de atividades religiosas contribuem para a conservação e manutenção do patrimônio cultural.

Atualmente o Parque da Jaqueira é um dos parques mais visitados da cidade de Recife, limpo e organizado, com áreas destinadas para diversas atividades físicas e de lazer. Com extensa área verde, composta por plantas frutíferas e ornamentais. E em destaque a área histórica, composta pela capelinha e o jardim de Burle Marx.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n.º 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, Brasília, DF, nov. 1937. Disponível em: (http://www.planalto.gov.br). Acesso em 06 de jul. 2020.

CABRAL, Flavio José Gomes. Conversas reservadas: "vozes públicas", conflitos políticos e rebeliões em Pernambuco no tempo da Independência do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.
Caminhada:"Na Trilha do Maxambomba" - Arquitetura religiosa - Capelinha Jaqueira - Nossa Senhora da Conceição da Barreiras – (https://pt.wikiloc.com/trilhas-caminhada/na-trilha-do-maxambomba-42292204). Acesso em 15 de out. 2020.

CHOAY, Francoise. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo. Estação Liberdade. UNESP. 2006.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Arredores do Recife. Fundação de Cultura Cidade do Recife. 1981.

CUNHA, Arnaldo Marques da. PERNAMBUCO, ARTE COLONIAL. Disponível em: (http://brasilartesenciclopedias.com.br/tablet/temas/pernambuco_arte_colonial.php). Acesso em 25 de jun. 2020.

DINIZ, Rozeane Porto. Relações de Poder e Tensão no Tombamento da Jaqueira em Pernambuco-PE. Artigo. Revista Mosaico, v.12, p. 337-351, 2019. E-ISSN. 1983-7801.

FREYRE, Gilberto de Mello. O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX. Ed. Nacional. 2. ed. aum. -São Paulo.1979.

GUERRA, Flávio. Velhas Igrejas e Subúrbios Históricos. Recife. Editora Itinerário. 1970.

IPHAN. Disponível em: (http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126). Acesso em 05 de jul. 2020.
Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados (INBMI) – Recife. Módulo II – PERNAMBUCO. MONUMENTO Nº 0016. CAPELA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO (CAPELA DA JAQUEIRA). 2005.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. 7ª ed. Campinas/SP. Editora da UNICAMP. 2013.

MELO, Felipe Souza. A movimentação comercial de um negociante em Pernambuco no final do século XVIII: o diário de escrituração de Bento José da Costa. FACES DA HISTÓRIA, Assis-SP, v.5, nº1, p. 179-197, jan.-jun., 2018. Disponível em: (https://www.seer.assis.unesp.br>facesdahistoria>article>download). Acesso em 24 jun. 2020.

MOTT, Luiz. Cotidiano e Vivência Religiosa entre a Capela e o Calundu. História da Vida Privada no Brasil, 1: cotidiano e vida privada na América portuguesa. Companhia de Bolso. 2018.

NÓBREGA, Michael Douglas dos Santos. Circulação de Imagens Lusitanas no Além-Mar: Cultura Histórica e Cultura Artística na azulejaria barroca de Teotónio dos Santos na Paraíba Colonial. Pág. 53. Disponível em: (https://repositório.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/8358/2/arquivo%20total.pdf). Acesso em 30 de jun. 2020.
Pernambuco, História e Personagens. Domingos José Martins, o "noivo" da Revolução. Disponível em: (http://blogs.diariodepernambuco.com.br/historiape/index.php/2016/07/11/domingos-jose-martins-o-noivo-da-revolucao/). Acesso em 30 de jun. 2020.

PIRES, Ferreira, Edgardo. A mística do parentesco: uma genealogia inacabada: a teia do parentesco em Pernambuco. - I. ed. - Guarulhos, SP: ABC Editorial, 2011. Verbete / Volume: 30034ª / V.6. Disponível em: (https://www.parentesco.com.br/index.php). Acesso em 30 de jun. 2020.

SILVA, Giuslane Francisca da. HALBWACKS, Maurice. A memória coletiva. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro. 2013. AEDOS – Revista do corpo de discente do PPG-História da UFRGS. Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 247-253,

Ago. 2016. Disponível em: (https://seer.ufrgs.br/aedos/article/viewFile/59252/38241). Acesso em 11 de jul. 2020.

SILVA, Leonardo Dantas. Arruando pelo Recife – Na Capela da Jaqueira (abril/2016). Disponível em: (http://revista.algomais.com/colunistas/na-capela-da-jaqueira-abril2016). Acesso em 25 de jun. 2020.

SOUTO MAIOR, Mário e SILVA, Leonardo Dantas (org.). O Recife: quatro séculos de sua paisagem, Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Massangana e Prefeitura da Cidade do Recife, 1992, p. 195-96).

VAINSENCHER, Semira Adler. Capela Nossa Senhora da Conceição (Jaqueira**)**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. 2003. Disponível em: (http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/). Acesso em: 30 de jun. 2020.

VAINSENCHER, Semira Adler. Ponte D'Uchoa (localidade Recife). Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: (http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/). Acesso em 11 de jul. 2020.